

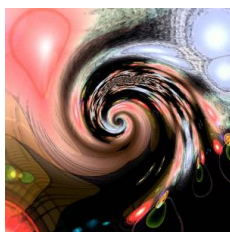
“Casa Roubada; Trancas nas Portas!”
Será que é necessário acontecer uma catástrofe
para se pôr em prática
Planos de Prevenção e Emergência
em Estabelecimentos de Saúde?

(DL 409/98 de 23/12 e Portaria 1275/2002 de 19/09)

A norma de serviço, emitida em Abril de 2005, pelo Coordenador da Sub-Região de Saúde de Setúbal diz-nos que o Plano de Prevenção e Emergência de cada Centro de Saúde deve ser proposto à Coordenação até ao dia 31 de Dezembro 2005, para respectiva homologação.

Tendo em conta que os Planos de Prevenção e Emergência em Estabelecimentos de Saúde são indispensáveis para responder a situações de catástrofe e que devemos estar preparados para agir nestas situações, cabe a cada instituição reflectir sobre a elaboração do seu Plano.

Deverá ser um documento em constante dinamização, não podendo nunca ser estanque. O tipo de decisão que se toma numa altura de catástrofe, seja ela qual for, poderá fazer a diferença entre a vida e a morte, pelo que deverá ser nomeado um responsável por cada área do Plano. Por isso, é necessário que cada funcionário tenha formação para poder responder de forma adequada e segura numa situação de emergência. Ainda assim, não basta delinear um plano que depois ficará fechado nalguma gaveta; tem de ser testado regularmente e homologado pela Protecção Civil. De pouco ou nada servirá emitir normas se depois as directivas não forem executadas, pelo que se apela à responsabilidade de quem gere as instituições a aprovação do Plano de Emergência.



Há uns meses, houve uma situação de incêndio num hospital público; tinha sido feito um simulacro durante o ano passado, onde foram detectadas inúmeras falhas. Será que é necessário acontecer uma catástrofe para dizermos, como todos os Portugueses, “Casa roubada, trancas nas portas”?

Enfermeira Maria Jorge Brites
Enfermeira Sara Meneses